

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 27 de agosto de 2025 às 07h46
Seleção de Notícias

Estado de Minas - Online | BR-MG

Marco regulatório | Anvisa

Anvisa proíbe versões manipuladas de Ozempic, Mounjaro e Wegovy no Brasil	3
---	---

SAÚDE

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

INPI reconhece "Fusca" como marca de alto renome no Brasil	5
--	---

MIGALHAS

Terra - Notícias | BR

Direitos Autorais

Veículos de comunicação do Japão processam Perplexity AI por violação de direitos autorais ...	6
--	---

MARIANA CURY

Direitos Autorais

Campanha JusticIA une criadores latino-americanos contra gigantes da IA	7
---	---

DIVERSÃO

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Patentes

Brasil perde ritmo no acesso a inovações em saúde, alertam especialistas	9
--	---

AUTOR

O Globo Online | BR

Direitos Autorais

IA generativa: coalizão da indústria criativa latino-americana lança campanha por remuneração de produtores	11
---	----

ECONOMIA E NEGÓCIOS | OGLOBO

UOL Notícias | BR

Direitos Autorais

Sting está sendo processado por ex-integrantes do The Police por royalties não pagos	13
--	----

Anvisa proíbe versões manipuladas de Ozempic, Mounjaro e Wegovy no Brasil

SAÚDE



A medida só vale para as versões "biotecnológicas" da liraglutida, semaglutida e tirzepatida

A Agência de Vigilância Sanitária (**Anvisa**) proibiu, por meio de um despacho publicado na segunda-feira (25/8), a produção de versões manipuladas de Ozempic, Wegovy e Mounjaro, além do Rybelsus, medicamentos indicados para o tratamento de diabetes e obesidade.

A medida só vale para as versões "biotecnológicas" da liraglutida (Victoza, Saxenda), semaglutida (Ozempic, Wegovy e Rybelsus) e tirzepatida (Mounjaro). Ou seja, moléculas sintéticas seguem liberadas para a manipulação caso já haja um medicamento registrado no país que utilize este tipo de princípio ativo.

Atualmente, não há nenhum medicamento à base de semaglutida sintética registrado no . Por isso, qualquer manipulação da substância - biotecnológica ou sintética - se torna irregular e ilegal, sem garantia de segurança ou eficácia.

Segundo a **Anvisa**, até 6 de agosto, havia nove pedidos de registro de medicamentos sintéticos de semaglutida e sete pedidos relacionados à liraglutida, todos aguardando o início da análise. Na área de medicamentos biológicos, na mesma data, existiam três processos em tramitação relacionados aos insumos liraglutida, semaglutida e à combinação insulina icodeca + semaglutida. Nesse caso, os três processos encontram-se em fase inicial, aguardando distribuição para análise técnica.

A produção de versões biotecnológicas das "canetas emagrecedoras" usa ingredientes importados. O Ozempic por exemplo, imita o hormônio GLP-1 intestinal com a ajuda de bactérias geneticamente modificadas e, por isso, é considerado "biotecnológico". Já medicações como a liraglutida da EMS (Olixe e Lirux), por exemplo, utilizam peptídeos sintéticos para "montar" a substância.

Risco Sanitário

Anvisa considerou que a manipulação destes "ingredientes vivos" importados tem um alto risco sanitário. Além disso, a agência classificou que os processos técnicos envolvidos são de alta complexidade, relacionada ao estabelecimento de um "sistema de banco de células único" e de uma necessidade de garantir a identidade, pureza, potência e estabilidade dos IFAs (insumos farmacêuticos ativos, os tais ingredientes).

O veto é temporário enquanto é determinado um novo procedimento de importação para os manipulados. Importação dos ingredientes biotecnológicos segue permitida apenas para os fabricantes que tiveram seus produtos analisados durante o processo de registro na **Anvisa**, como as farmacêuticas Novo Nordisk (Ozempic, Wegovy e Rybelsus) e Eli Lilly (Mounjaro).

Continuação: Anvisa proíbe versões manipuladas de Ozempic, Mounjaro e Wegovy no Brasil

Anvisa ainda obriga testes de controle de qualidade para os ingredientes pelas importadoras. Farmácias também têm que seguir as normas para as preparações estéreis estipuladas pela agência, que deverá intensificar a fiscalização, de acordo com o despacho.

O que disseram as farmacêuticas?

Em nota, a Novo Nordisk considerou a decisão da **Anvisa** "um benefício para a saúde pública e para o paciente brasileiro". A farmacêutica, que atualmente tenta estender o prazo da patente do Ozempic para além de 2026, falou em "camada de proteção contra os riscos de produtos manipulados de forma ilegítima".

"Medicamentos irregulares não oferecem garantia de pureza, dosagem correta, estabilidade ou esterilidade, podendo resultar em ineficácia do tratamento, reações adversas graves e contaminação, colocando a saúde e segurança do paciente em risco. [...] Além disso, os preços praticados para esses medicamentos no mercado formal não apresentam diferenças significativas em relação aos valores cobrados por versões manipuladas, oferecendo ao paciente a opção segura e registrada sem custo adicional relevante", disse a Novo Nordisk, em comunicado à imprensa.

A Eli Lilly foi procurada pela reportagem, mas ainda não havia retorno até o momento da publicação. A matéria será atualizada assim que houver um posicionamento da empresa.

O que dizem os farmacêuticos e a indústria?

A Associação de Farmacêuticos Magistrais (An-

farmag) e o Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) também foram questionados. Ambas ainda não se posicionaram, mas o espaço segue em aberto.

Em nota enviada anteriormente ao UOL, Sindusfarma questiona a manipulação de medicamentos. "Em geral, as farmácias magistrais não têm as instalações e os equipamentos necessários nem profissionais adequadamente treinados para fazer o mesmo controle de qualidade amplo e aprofundado que a indústria farmacêutica realiza para cada produto que fabrica e que precisa comprovar regularmente para a **Anvisa**", diz.

"Fornecedores das farmácias magistrais não são inspecionados nem certificados pela **Anvisa**", alega o Sindusfarma. Esta fiscalização é obrigatória para a indústria farmacêutica.

Por isso, o sindicato anunciou que fez uma série de denúncias à agência. Entre elas, queixas sobre "atos ilegais praticados por farmácias de manipulação em todo o país no caso da produção em massa de emagrecedores agonistas de GLP-1", citando que a oferta atual indica que estes estabelecimentos já até mantêm estoque de produtos, o que afronta a legislação e o princípio de que o medicamento patenteado só pode ser manipulado para atender à necessidade de uma dosagem individual do paciente.

Siga nosso canal no WhatsApp e receba notícias relevantes para o seu dia

INPI reconhece "Fusca" como marca de alto renome no Brasil



Decisão garante exclusividade à Volkswagen e amplia proteção contra uso indevido em todos os setores.

Proteção de marca **INPI** reconhece "Fusca" como marca de alto renome no Brasil. Decisão garante exclusividade à Volkswagen e amplia proteção contra uso indevido em todos os setores. Da Redação terça-feira, 26 de agosto de 2025 Atualizado às 16:22 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

O **INPI** reconheceu oficialmente a marca "Fusca" como de alto renome. Com isso, a Volkswagen passa a ter exclusividade sobre o uso do nome em qualquer segmento econômico, o que amplia a proteção contra tentativas de apropriação indevida.

Segundo o advogado Felipe Augusto, head de **Marcas** e Legal Affairs do Di Blasi, Parente & Associados, escritório que atuou no caso, o reconhecimento é mais do que um marco jurídico, é uma salvaguarda de ativos simbólicos.

"Registrar formalmente nomes que caíram no gosto popular e se transformaram em ícones é proteger a memória afetiva do consumidor e assegurar que marcas com esse grau de relevância cultural permaneçam

vinculadas à sua origem legítima. A titularidade da marca 'Fusca' pela Volkswagen é um exemplo claro de como direito e reputação caminham juntos no fortalecimento de marcas globais."

Com o renome concedido, a Volkswagen do Brasil passa a deter controle exclusivo sobre o uso comercial da marca "Fusca", impedindo apropriações indevidas por terceiros.

INPI reconhece "Fusca" como marca de alto renome e amplia proteção jurídica à Volkswagen. (Imagem: Marcelo/Adobe Stock)

Veja o certificado.

Veículos de comunicação do Japão processam Perplexity AI por violação de direitos autorais

Jornais pedem indenização de cerca de US\$ 15 milhões

Os jornais Nikkei e Asahi Shimbun, dois dos principais veículos de comunicação do Japão, estão processando a empresa de inteligência artificial (IA), Perplexity AI, por violação de **direitos** autorais. As informações foram divulgadas pela Bloomberg.

Por meio de uma ação judicial movida no Tribunal Distrital de Tóquio, os veículos buscam uma indenização de cerca de 2,2 bilhões de ienes, cerca de US\$ 15 milhões, da empresa de IA.

Os jornais alegam que as ferramentas usadas pela Perplexity AI utilizam o trabalho jornalístico sem licença, roubam leitores e receitas publicitárias, assim, ameaçando o modelo de negócio da comunicação.

Segundo o Nikkei e o Asahi Shimbun, a empresa de IA, que atingiu um valor de US\$ 18 bilhões em sua última captação de recursos, reproduziu e salvou con-

teúdo dos veículos desde, pelo menos, junho de 2024.

"Essas ações equivalem a uma exploração contínua e em grande escala do tempo e do esforço dos jornalistas", afirmaram o Nikkei e o Asahi, no comunicado. "Se não for controlada, isso pode prejudicar todos os meios de comunicação que tentam reportar os fatos com precisão e, em última instância, abalar os próprios alicerces da democracia".

Essa resposta por parte da mídia é crescente no mundo inteiro. Anteriormente, o The New York Times processou a OpenAI. Na última semana, no Brasil, a Folha de S. Paulo também processou a empresa do ChatGPT. Além dos veículos japoneses, a Perplexity também foi alvo de ações da Forbes, da Dow Jones, da News Corp, e do Yomiuri Shimbun.

*Mariana Cury é estagiária sob supervisão do editor Bruno Romani

Campanha JusticIA une criadores latino-americanos contra gigantes da IA

DIVERSÃO



Movimento coordenado exige transparência e regulamentação para proteger **direitos** autorais de artistas, músicos e produtores da região

A campanha JusticIA, lançada hoje em Miami por uma coalizão de 34 organizações criativas e culturais da América Latina, pressiona governos, empresas de tecnologia e líderes do setor contra o uso não autorizado de obras protegidas por **direitos** autorais na inteligência artificial. O movimento representa "demonstração sem precedentes de solidariedade entre várias indústrias criativas" da região.

O manifesto surge após grandes gravadoras como Sony Music, Universal e Warner processarem empresas de IA como Suno e Udio por violação de **direitos** autorais. No Brasil, o PL 2338/2023 tramita no Senado para regulamentar a inteligência artificial, incluindo proteções para obras criativas.

A JusticIA reconhece benefícios da IA tradicional em processos de negócios até trabalhos de produção nos setores criativos. O problema são desenvolvedores que "utilizam obras protegidas por **direitos** autorais sem autorização", representando "ameaça substancial" aos setores latino-americanos.

O movimento não rejeita a tecnologia. Membros já colaboram com empresas de IA responsáveis para melhor apoiar modelos de licenciamento eficazes. A campanha defende parcerias mutuamente benéficas

entre detentores de direitos e empresas de IA que possam "impulsionar as exportações culturais latino-americanas."

As exigências são diretas: provedores de IA generativa devem manter registros precisos dos materiais usados para treinar modelos e divulgar essas informações aos detentores de direitos. Distribuidores devem rotular conteúdo totalmente gerado por IA para evitar enganar consumidores.

Adriana Restrepo, diretora regional da IFPI para América Latina e Caribe, defende que é justo e apropriado que os **direitos** autorais e conexos sejam preservados e que os desenvolvedores de sistemas e modelos de inteligência artificial sejam obrigados a agir com transparência. Paulo Rosa, presidente da Pro-Música Brasil, complementa:

Praticamente todos os países latino-americanos estão discutindo alguma forma de regulação da Inteligência Artificial. É de vital importância que os **direitos** autorais e conexos de criadores e produtores sejam preservados.

A coalizão organizou evento virtual reunindo vozes da cultura de toda América Latina para pedir transparência aos legisladores. A declaração será enviada diretamente aos governos da região, e a campanha convida outros participantes do setor criativo e formuladores de políticas a endossar o movimento através do site iajusticia.com.

"Direitos exclusivos robustos e plenos são a única maneira de garantir que os detentores de direitos sejam devidamente remunerados", afirma o documento da JusticIA. O movimento rejeita que "grandes empresas globais de tecnologia utilizem obras criativas latino-americanas para desenvolver seus modelos de IA com fins comerciais, às custas

Continuação: Campanha JusticIA une criadores latino-americanos contra gigantes da IA

dos criadores.

A campanha JusticIA marca união inédita da comunidade criativa latino-americana. Após décadas construindo indústria cultural global, a região se organiza para garantir que avanços tecnológicos não destruam bases da criatividade. A mensagem é clara: IA como aliada apenas respeitando quem cria arte.

+++ Ari Aster e o debate sobre a Inteligência Artificial em Hollywood

+++ A ferramenta que gerou músicas de banda IA que virou febre no Spotify

Brasil perde ritmo no acesso a inovações em saúde, alertam especialistas



Tema foi debatido no Meet Point Estadão Think, que apontou gargalos regulatórios, gargalos no processo de incorporação e desinformação como entraves à chegada de novas terapias

Saúde

A inovação em saúde vai muito além da descoberta de novos tratamentos. Para que ela de fato transforme vidas, é preciso que as terapias cheguem com agilidade a quem precisa, algo que ainda esbarra em entraves regulatórios, burocracia e falta de previsibilidade no Brasil. Essa foi a tônica do Meet Point Estadão Think "Os caminhos para acelerar a inovação em saúde", promovido pelo Estadão Blue Studio com patrocínio da [Interfarma](#), no último dia 19.

Mediado pela jornalista Camila Silveira, o encontro reuniu Renato Porto, presidente executivo da [Interfarma](#), e Luciana Holtz, presidente do Instituto Oncoguia. A discussão destacou que a inovação só se concretiza quando há acesso, regulação eficiente e compromisso coletivo entre governos, indústria, profissionais de saúde e sociedade civil.

A demora para que novos medicamentos sejam disponibilizados à população é um dos principais obstáculos à inovação no País. Segundo Porto, o processo de desenvolvimento de um fármaco pode le-

var mais de 15 anos e envolver bilhões de dólares em investimentos. No entanto, mesmo após a aprovação, os pacientes seguem enfrentando um cenário de espera prolongada.

"A [Anvisa](#) tem excelência técnica, mas o tempo de análise ainda é alto. E, após a decisão do governo de incorporar um medicamento ao Sistema Único de Saúde (SUS), a média para que ele chegue à população é de 17 meses. Isso é inaceitável", afirmou. Na avaliação de Porto, esse gargalo regulatório compromete o ciclo da inovação e impulsiona a judicialização do acesso à saúde.

Do ponto de vista dos pacientes, a falta de transparência nos processos de aprovação e incorporação de tecnologias também agrava o cenário. Luciana Holtz lembrou que o impacto da demora não é abstrato: significa perda de tempo de vida. "Hoje temos cerca de 20 tecnologias oncológicas já incorporadas ao SUS que ainda não estão disponíveis. Duas delas, para câncer de pulmão, aguardam implementação há 11 anos", alertou.

A discussão sobre [patentes](#), muitas vezes envolta em desinformação, também foi abordada pelos especialistas como um ponto sensível, mas indispensável. Para Renato Porto, a proteção da [propriedade](#) intelectual é o que viabiliza o ciclo da inovação - e não o contrário.

"A patente não encarece o produto. Ela garante que o investimento feito no desenvolvimento de novas terapias seja recuperado e reinvestido. Sem esse mecanismo, não há sustentabilidade para a pesquisa científica", argumentou. Ele destacou que, a cada medicamento inovador lançado, o setor gera uma média de três cópias após a expiração da patente, como os genéricos.

Luciana Holtz ressaltou que a falta de transparência

Continuação: Brasil perde ritmo no acesso a inovações em saúde, alertam especialistas

nos processos de aprovação e incorporação de tecnologias significa perda de tempo de vidaFoto: Divulgação **Interfarma**

Luciana concordou com a importância da proteção intelectual, mas ressaltou que é preciso ampliar o letramento em saúde e combater a desinformação que distorce o debate. "Precisamos tirar esse tema dos congressos técnicos e aproximá-lo da população. Quando um paciente recebe um diagnóstico e ouve um 'não' do plano ou do SUS, é aí que ele percebe como tudo isso o afeta diretamente", afirmou. Ela também criticou o espaço ocupado por promessas falsas, como curas milagrosas, que alimentam um mercado paralelo de desinformação.

Ambos os participantes apontaram que o avanço da inovação em saúde exige engajamento coletivo. Não basta que a indústria desenvolva medicamentos: é necessário que o poder público, os profissionais de saúde, os órgãos reguladores e a sociedade estejam comprometidos com a incorporação ágil e res-

ponsável das novas tecnologias.

"Hoje, o Brasil corre o risco de ficar para trás. Sem segurança regulatória e sem previsibilidade, deixamos de ser prioridade nas primeiras ondas de lançamento de medicamentos e pesquisas clínicas", alertou Porto.

Para Luciana, o único caminho possível é a colaboração. "Se acreditamos que a inovação entrega o que promete, então precisamos garantir que ela chegue a quem precisa. Isso só será possível com o envolvimento de todos: indústria, governo, profissionais da saúde e sociedade civil", defendeu.

Holtz reforçou a urgência de assumir responsabilidades. "Temos ciência suficiente para salvar vidas que estão sendo perdidas. Não estamos falando de números ou relatórios, mas de pessoas reais. O compromisso com o acesso é para agora."

IA generativa: coalizão da indústria criativa latino-americana lança campanha por remuneração de produtores

ECONOMIA E NEGÓCIOS



Os primeiros convidados da comissão especial da Câmara para regulamentar trabalho por aplicativo. Os primeiros convidados da comissão especial da Câmara para regulamentar trabalho por aplicativo

Organizações do setor pedem a adoção de regras para proteção de **direitos** autorais e transparência sobre o que é gerado por inteligência artificial

Com o avanço acelerado da inteligência artificial (IA) generativa, uma coalizão de 34 organizações da indústria criativa da América Latina - entre elas a Federação Internacional da Indústria Fonográfica (IFPI), que representa mais de 8 mil gravadoras - lançou na manhã desta terça-feira uma campanha convocando governos, legisladores e também empresas de tecnologia a atuarem para proteger **direitos** autorais daqueles que criam conteúdo em áreas como música, cinema, literatura e outras.

As entidades que integram a campanha "JusticIA - Por uma inteligência artificial a serviço da Humanidade e da Justiça" destacam que trabalham ampliando oportunidades para o crescimento econômico, impulsionando inovação, criando empregos e fomentando a diversidade cultural latino-americana.

Com isso, mesmo reconhecendo que a IA generativa traz oportunidades ao setor criativo, argumentam que essa ferramenta não pode prejudicar nem a criatividade nem aqueles que produzem conteúdos criativos.

A campanha, numa demonstração inédita de parceria entre as diversas indústrias criativas, defende a definição de "salvaguardas razoáveis para proteger a arte humana e os direitos dos criadores", diz o comunicado. O uso de obras protegidas por **direitos** autorais por desenvolvedores de IA sem autorização dos criadores responsáveis por elas representam uma ameaça ao setor.

Uso de conteúdo sem autorização É que essas novas tecnologias precisam ser abastecidas com diversas fontes - como imagens, textos, músicas, filmes, reportagens, pesquisas, cálculos, tabelas e outros - para que a IA possa gerar novos conteúdos, resumos, respostas diversas às demandas dos usuários.

A questão é que diversos produtores dessas obras não autorizaram o uso de seus trabalhos pela IA - tampouco estão sendo remunerados por isso.

A saída, como ocorre no caso dos veículos jornalísticos, têm sido recorrer à Justiça e à negociação com big techs para garantir a remuneração pelo uso de seus conteúdos. O New York Times, por exemplo, fechou uma parceria com a Amazon e iniciou uma

Continuação: IA generativa: coalizão da indústria criativa latino-americana lança campanha por remuneração de produtores

ação contra a OpenAI pelo uso de seu conteúdo para treinar sistemas do ChatGPT sem licença nem pagamento.

É um movimento que se repete no Brasil, onde a Folha de S. Paulo ingressou judicialmente contra a OpenAI (dona do ChatGPT) pela mesma razão. Também O GLOBO já identificou que suas reportagens são usadas por robôs de inteligência artificial sem autorização prévia.

Regulação é 'vital' - Em meio a esse cenário dinâmico e em constante mudança, é justo e apropriado que os **direitos** autorais e conexos sejam preservados e que os desenvolvedores de sistemas e modelos de inteligência artificial sejam obrigados a agir com transparência, informando sobre o conteúdo que utilizaram no treinamento de seus modelos - afirmou Adriana Restrepo, diretora regional da IFPI para a América Latina e o Caribe.

A iniciativa destaca o potencial da IA generativa em diversas frentes. E frisa que as organizações participantes já colaboram com empresas de inteligência artificial responsáveis para "melhor apoiar modelos de licenciamento eficazes que permitam que desenvolvedores de IA acessem materiais de treinamento de alta qualidade, protegendo, ao mesmo tempo, seus direitos".

Paulo Rosa, presidente da Pro-Música Brasil, chamou a atenção para a importância dessa tecnologia contar com uma regulação específica.

- Praticamente todos os países latino-americanos estão discutindo alguma forma de regulação da Inteligência Artificial. É de vital importância para os setores de produção de bens culturais, entre eles o musical, que os **direitos** autorais e conexos de criadores e produtores sejam preservados e adequadamente protegidos - argumentou.

A coalizão pede que sejam determinadas obrigações claras e significativas de transparência para todos os fornecedores de IA generativa. Ou seja, eles devem manter registros precisos de materiais usados para o desenvolvimento de seus modelos de inteligência artificial, além de divulgar esses registros aos detentores de direitos com interesse direto nesse processo.

Em paralelo, o movimento defende que as plataformas de distribuição também sejam obrigadas a identificar conteúdos gerado integralmente por IA, com o objetivo de assegurar que o consumidor não seja enganado.

Diversas vozes da área de cultura e da indústria criativa como um todo na América Latina se reuniram em um evento virtual na manhã desta terça-feira para o lançamento da campanha e para pedir a governos e legisladores que defendam os princípios de transparência e proteção dos direitos dos criadores ao longo da integração de ferramentas de IA nesses setores.

Sting está sendo processado por ex-integrantes do The Police por royalties não pagos

O ex-vocalista do The Police, Sting, está sendo processado por Andy Summers e Stewart Copeland, com quem trabalhou na banda, por royalties não pagos.

O ex-vocalista do The Police, Sting, está sendo processado por Andy Summers e Stewart Copeland, com quem trabalhou na banda, por royalties não pagos.

Segundo a People, o Tribunal Superior de Londres anunciou, nesta segunda-feira, 25, que a disputa judicial é sobre "contratos e acordos comerciais gerais". Sting e sua empresa, a Magnetic Publishing Limited, são listados como réus no processo.

A revista aponta que Sting ganha cerca de 500 mil libras esterlinas (aproximadamente R\$ 4 milhões) anualmente pela música Every Breath You Take, que é o maior sucesso da banda. Nenhum dos outros in-

tegrantes da banda receberia **direitos** autorais e créditos de composição da música.

Uma fonte explicou ao portal The Sun que a disputa vem ocorrendo "faz um bom tempo". Os advogados, segundo a fonte disse à publicação, tentaram chegar a um acordo por fora do tribunal diversas vezes, mas chegaram a um impasse.

"Andy e Stewart decidiram que não havia mais alternativas fora a corte, então 'apertaram o botão'. Eles disseram que [Sting] os deve milhões em royalties perdidos", disse a fonte.

The Police foi uma banda de rock britânica nascida em 1977, em Londres. Além de Every Breath You Take, é conhecida por sucessos como Roxanne e Message in a Bottle. O grupo ficou em atividade até 2008.

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório | Anvisa
3

Marco regulatório | INPI
5

Direitos Autorais
6, 7, 11, 13

Propriedade Intelectual
9

Patentes
9